

OS ÍNDIOS, A FLORESTA, AS ERVAS MEDICINAIS E A ESTRATÉGIA: MEMÓRIAS DE UMA DIRETORIA MILITAR FRANCESA NOS SERTÕES INDÍGENAS DE MINAS GERAIS

José Otávio Aguiar

Doutor em História e Culturas Políticas – UFMG

Professor adjunto de História Moderna e Contemporânea –UFMG

e-mail: jotavio@aol.com.br

Resumo

O ensaio recupera alguns fragmentos do cotidiano de pesquisas botânicas, medicinais e etnográficas, durante a visita de dois viajantes germânicos, no ano de 1813, ao quartel de Guido Thomaz Marlière, um militar francês que recebeu autoridade sobre a administração de territórios indígenas num microbioma da zona da Mata Central, atual município de Visconde do Rio Branco, em Minas Gerais. Analisa, também, as idéias que informaram o peculiar projeto concebido por este francês para a colonização e prospecção da região e o que elas tinham em comum com as de alguns outros estrangeiros em visita ao Brasil no mesmo período.

Palavras-chave

Ciências Naturais, Política Indigenista, Iluminismo, Estratégia Militar.

1. Prelúdio

No alvorecer do século XIX, a transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro possibilitou, após décadas de tentativas anteriores mal sucedidas, que cientistas da natureza, provenientes de nações emergentes das guerras Napoleônicas na Europa Ocidental, tivessem, enfim, acesso às regiões de floresta da América Portuguesa. Acompanhados com atenção por seus governantes, e ligados entre si por

uma rede internacional de correspondências para troca de informações, estes homens da botânica e da zoologia palmilharam, em meio a substantivas dificuldades de logística e transporte, o território, ainda apenas parcialmente explorado, da fronteira leste da Capitania de Minas Gerais. Uma mal escondida ênfase à descoberta de espécies naturais que, segundo as observações coletadas a partir do contato com os nativos e o lastro da experimentação, pudessem produzir efeitos terapêuticos, permeava grande parte de seus empenhos.

Ao aportar no Brasil, no final de 1807, o Príncipe Regente Dom João havia ordenado que a Guiana Francesa fosse invadida, em desagravo à conquista de Portugal por Napoleão. Em Caiena, o exuberante jardim botânico, apelidado de La Marianne, foi invadido e saqueado, em meio a um banho de sangue, pelas tropas luso-brasileiras, acompanhadas de uma miríade de mercenários estrangeiros, que, dessa forma, vendiam seu conhecimento militar. Espécies vegetais e animais eram, assim, disputadas e seu emprego terapêutico e comercial mantido, com frequência, sob sigilo de Estado.

De forma concomitante, o príncipe Regente declarava uma guerra interna e não menos importante: aquela que se movia nas fronteiras entre as Capitanias do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, bem como no sul da Bahia, contra os chamados índios botocudos, designação que abraçava diversas etnias de língua macro-Jê, distribuídas ao longo dos vales que emolduram as bacias fluviais dos rios Doce, Jequitinhonha, Pardo, Pomba e Mucuri.¹ Um francês chamado Guido Thomaz

¹ A designação Botocudos, criada pelos luso-brasileiros para designar povos de língua Macro-Jê, dentre eles, um subgrupo numeroso, os de idioma Borum, baseava-se nos botoques _ adornos circulares de madeira confeccionados, com frequência, com uma espécie chamada emburé _ que estes índios inseriam nos lábios. Para alguns especialistas, a designação Aimoré, ao que tudo indica, proveniente de Aimb-Buré _ do Tupi, língua de seus inimigos, *povos que usam botoques de emburé* _ era utilizada, desde o século XVI para designar estes índios, refugiados, então, nas regiões de mata ainda não devassadas e invadidos em seus territórios só nos séculos XVIII e XIX, em decorrência da busca por terras e do declínio da mineração. Para uma explicação mais clara sobre esta questão, veja: AGUIAR, José Otávio. Olhares Estrangeiros: a trajetória de vida de Guido Thomaz Marlière no Brasil (1808-1836). Belo Horizonte: Fafich/ UFMG, 2003. (Tese de Doutorado)

Marlière, recém chegado ao Brasil e egresso das guerras Napoleônicas, foi designado para administrar estes conflitos e organizar a ocupação dos territórios dos índios por colonos provenientes, principalmente, das regiões que se haviam especializado na extração em mineral, atividade econômica agora em declínio.

O texto que se segue é ambientado no atual território do Município de Visconde do Rio Branco, antigo quartel-presídio de São João Batista, na zona da Mata Central de Minas Gerais, região de aldeamento de índios Puri e Coroado, duas subculturas Macro-Jê. O ano é 1813 e Marlière atrai para o seu entreposto militar dois viajantes germânicos que desejam conhecer um variegado microbioma de Mata Atlântica. Primeiramente, conheceremos as idéias desse francês, sua concepção a respeito do conceito de civilização e a vontade de saber que informava suas intervenções e incentivos à pesquisa dos costumes indígenas acerca da medicina da natureza. Em seguida, acompanharemos a trajetória desses dois naturalistas, Freireyss e Eschwege, a partir dos relatórios científicos e etnográficos produzidos a partir de sua visita à mata. Suas idéias serão analisadas, bem como o contato da teoria previamente concebida nos gabinetes com a surpreendente e indeterminada realidade cultural e o ambiente natural em que viviam os índios.

2. Ecos autoritários da Marselhesa: Guido Thomaz Marlière, seu diálogo com as luzes e a colonização dos sertões da Capitania de Minas.

Quanto mais a civilização se estender sobre a terra, mais ver-se-ão desaparecer a guerra e as conquistas, bem como a escravidão e a miséria
Condorcet, 1787

Nascido em Jarnage, vila da antiga província de Marche, no centro da França, no ano de 1767, Guido Thomaz Marlière estudou Humanidades e Filosofia, e, aos dezoito anos, ingressou no exército de Luís XVI, chegando a Tenente Coronel de um

de seus regimentos. A turbulência das sublevações e batalhas dos primeiros anos Revolução Francesa, cedo, frustrou seu sonho de freqüentar Liceus. De família monarquista, emigrou da França com seu regimento quando da radicalização política da Revolução. Esteve, sucessivamente, na Prússia _ regimento contra-revolucionário do Marquês de Mirabeau _ e na Inglaterra _ regimento Montmart _ de onde, a serviço dos ingleses, foi enviado para Portugal a fim de defender o país da invasão francesa. Incorporado ao exército português em 1802, transferiu-se para o Brasil com a Corte Lusitana.

Após uma curta e conturbada permanência no Rio de Janeiro, Marlière se entusiasmou com os sertões da capitania de Minas Gerais, transferindo-se para a tropa paga de Vila Rica em 1810. Neste mesmo ano, foi preso sob suspeita de tratar-se de um espião de Napoleão Bonaparte e, após sua libertação, solicitou ao príncipe Regente D. João que lhe concedesse um cargo de diretor de divisões indígenas no território da atual zona da Mata Mineira.

De seu auto-exílio, graças ao sucesso obtido na pacificação de colonos e índios, Marlière recebeu, por dezoito anos sucessivos, cargos de autoridade militar cada vez mais elevada. Moveu uma verdadeira cruzada “civilizadora” e “desbravadora” defendendo, à custa de constantes conflitos com colonos e algumas autoridades, a possibilidade de incorporação sócio-política e econômica dos índios e de sua elevação ao estatuto de cidadãos. Maçom, chegou a grão mestre do Grande Oriente do Brasil em Minas Gerais, e escreveu artigos combativos e irônicos para os jornais “O Universal” e “Abelha do Itacolomy”, ambos de Ouro Preto. Nestes últimos, demonstrava a marcante influência iluminista em suas idéias ao abordar temas como a “filantropia” a “igualdade” entre os cidadãos perante a lei, a abolição da escravidão negra e a bondade natural dos índios. Acusado de impiedade religiosa, acometido pela malária e impopular entre os colonos e soldados com os quais, diziam, se excedia em severidade, retirou-se em 1829 para sua fazenda Guido-wald (mata do Guido em

Alemão), de onde ainda escreveu diversas cartas de incentivo a viajantes, naturalistas e empreendedores europeus, além de dois dicionários de línguas indígenas. Decepcionado com os rumos políticos tomados pelo Estado Brasileiro, faleceu em 1836.

Por trás dos discursos de Marlière que chegaram até nós é possível vislumbrar um substrato de representações compartilhadas de um modo geral por uma parcela considerável da elite intelectual de seu tempo, particularmente a que se associa comumente como herdeira do reformismo ilustrado, a qual esteve no poder por ocasião de nossa emancipação política. As idéias de Marlière, embora, em vários aspectos, conflitassem com a maioria dos interesses econômicos da sociedade mineira escravista – a qual, naquele momento, ainda fortalecia sua economia interna para construir alternativas viáveis de sobrevivência ao declínio das principais jazidas auríferas – partiam da premissa de que a sociedade europeia, ápice do desenvolvimento humano, inspirada e iluminada pelas luzes da ciência, da civilização e da técnica, deveria conduzir ao seu mesmo patamar aqueles que ainda se demoravam no estado de barbárie. Se estas idéias não encontravam uma acolhida irrestrita entre a maioria dos representantes de nossa elite agrária, preocupada em abrir fronteiras de exploração econômica e em se livrar das populações autóctones, tinham guarida no pensamento de muitos dos europeus que, a partir da transferência da corte portuguesa, visitaram o Brasil.

O mito rousseauiano do bom selvagem, assim como a idéia de que, nas sociedades primitivas se encontrava uma espécie de paraíso perdido, onde, num ambiente igualitário, livre e fraterno, os homens exerceriam sua bondade original, conviveu no pensamento marlieriano lado a lado com a idéia de que, a “ignorância” do “selvagem”, geradora de “erros”, deveria ser sanada. Os índios eram encarados como “ingênuas crianças”, uma humanidade em estado infantil que deveria, para a sua segurança e a da sociedade, ser conduzida à civilização. “Civilizar” era preciso,

não só aos índios, mas, também, e acima de tudo, aos senhores de escravos, que, acostumados ao governo despótico português, se compraziam em tyrannizar os “pobres” africanos, degradados por trezentos anos de “trevas e barbárie”.

Ao que tudo indica, para o coronel francês exilado no Brasil, a barbárie não se encontraria somente na selvageria dos nativos, mas, acima de tudo, na falta de “fraternidade, espírito cívico e patriótico” entre os colonos e soldados luso-brasileiros.

Para Rousseau, os homens, bons por natureza, haviam sido pervertidos pela civilização; daí a necessidade de uma reforma da sociedade humana corrompida. Em Marlière, o termo civilizar corresponde em alguns de seus empregos ao ato de efetuar essa reforma e a palavra civilização a um ideal de sociedade baseado na justiça e na igualdade.

Autores franceses como Mirabeau e Rousseau sugeriam que “a falsa sociedade fosse substituída pela “autêntica”². Afirmava Mirabeau que, o que a maioria das pessoas considerava como sendo o padrão do homem civilizado “ suavização de maneiras, urbanidade, polidez, e a difusão do conhecimento de tal modo que incluía o decoro no lugar de leis detalhadas” somente poderia ser associado a uma “máscara da virtude”. Contra este engodo de civilização, este autor propunha uma virtude cívica, cidadã. A “falsa civilização” deveria ser substituída pela “verdadeira”.

Com a sociedade civil vieram a ganância, as disputas, os vícios, as usurpações dos ricos, o banditismo dos pobres, as paixões desenfreadas de todos. Para sanar o problema a solução apresentada era a implementação de um programa pedagógico, que conduzisse novamente os homens ao estado de natureza, através reforma de sua

² ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, vol. 1, 1994. p. 55..

sociedade.³ O maior desafio era, nessa perspectiva, conciliar o desenvolvimento da civilização e da técnica com a manutenção da virtude.⁴

A barbárie, para o diretor francês dos índios, se encontrava menos nos selvagens do que nos viciados “civilizados”. Daí a sua severidade para com os segundos, também passíveis de uma ação pedagógica no sentido da condução aos rumos do “respeito e da devoção pelo interesse público” (civismo) e pelo gênero humano. Em 1827 afirmava a respeito de si mesmo: “. Sempre andei na vereda da justiça e fui discípulo da razão... (sic)”⁵

No geral unia seus ímpetos normatizadores e sua pedagogia das luzes ao objetivo maior do Estado que o contratara: a civilização. A catequese, parte da política desse Estado, era aceita sem maior entusiasmo, desde que a educação para o trabalho, a civil e a política viessem em primeiro lugar.

As sociedades “primitivas” aparecem, freqüentemente, em seus discursos, como um modelo de virtude e honestidade a ser seguido por aquelas que apenas apresentavam um verniz de civilização. Isso, porém, se referia à sua natureza inocente, não ao seu tipo de sociedade. O modelo societário indígena não chega a ser considerado como uma opção de civilização; muito antes, as regras de civilidade ocidentais são valorizadas ao máximo e, não raro, impostas pela força, embora se pregue o contrário. Nem mesmo os “bons selvagens”, tão caros aos autores de um certo século XVIII que Marlière por vezes parecia cultuar, são considerados como civilizados. Assim, a idéia hobbesiana do estado de natureza enquanto barbárie e a rousseauiana que identifica este mesmo estado como o ideal e mais puro grau de

³ Sobre a reforma da sociedade “civilizada” no pensamento dos contratualistas do século XVIII, ver o verbete “contratualismo” em: BOBBIO, Norberto. MANTTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 1994. Ver também: GERBY, Antonello. *O Novo Mundo: história de uma polêmica (1750 – 1900)*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

⁴ CHAUI, Marilena de Souza. *Rousseau: Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p.13.

⁵ MARLIÈRE, Guido Thomaz. *Ofícios*. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, Ano XI. p. 202, 1907

bondade humana, pareciam conviver no pensamento e nas práticas do Diretor Geral. Não obstante a segunda prevalecesse, estas duas representações a respeito da sociedade e da natureza humana faziam já parte da herança intelectual e do imaginário social dos quais Marlière compartilhava e pareciam se chocar, a todo momento, na medida em que as idéias se submetiam à dureza das práticas, encontros, estranhamentos e embates cotidianos. Para o francês, os índios eram “bons por natureza”, mas, precisavam da organização e do gerenciamento do Estado para se afastarem de seu estado de barbárie. Caberia ao Estado cumprir a sua parte no contrato social para impedir que o esforço de trazer os índios “bravos” à condição de cidadãos se perdesse, causando seu retorno ao seio das matas, à ignorância, à barbárie. Uma postura ao mesmo tempo autoritária e paternalista, que se calcava em uma série de representações, instituições imaginárias a respeito da natureza humana, do ideal de Estado, da civilização e de sua antítese bárbara.

Estas representações, socialmente instituídas, embora interpretadas de forma diferente e recriadas por cada um dos atores históricos envolvidos, faziam parte do imaginário social característico da nobreza ilustrada e da burguesia que incorporou os ideais iluministas e liberais que alimentaram as lutas que, desde o final do século XVIII, varriam a Europa. Por sua vez, essas mesmas concepções informavam as ações daqueles que nelas se pautavam, mobilizando sua energia para intervenções transformadoras sobre a realidade objetiva. Neste contexto, a civilização tinha os seus símbolos, fossem elas identificadas às regras de conduta exteriores _ as chamadas civilidades _ , às características mais ou menos urbanas de uma dada sociedade _ a palavra civilização era, neste caso, entendida de forma etnocêntrica enquanto estado de “progresso” técnico-urbano e cultura social em comparação com a Europa_ ou, ainda, à “verdadeira” virtude patriótica e cívica _ devoção pelo interesse público _ como preferiam Rousseau e Mirabeau. Estes símbolos sustentavam e legitimavam o poder, alimentavam as ações movidas pelo Estado e seus subordinados, no que tange

à intervenção no âmbito das sociedades indígenas, sob o pretexto de conduzi-las à civilização. O discurso civilizador é um discurso de poder que, por sua vez, justifica as iniciativas do poder. Essa justificação serve também para aqueles que se julgam na condição de condutores de um “processo civilizador” e “pedagógico” – “os civilizadores”. Isso, na medida em que, os símbolos e valores que a norteiam, contam com a sua adesão, crença e aprovação.

Tanto Marlière, quanto às autoridades que o mantinham no poder, assim como viajantes europeus que visitaram suas divisões — como Saint-Hilaire, Eschwege, Freireyss, von Spix e von Martius — tinham em comum a crença nos benefícios de uma ação civilizadora, movida pelo Estado. Em nome da “civilização”, e, combatendo a “barbárie”, empreendiam esforços no sentido da intervenção em outras sociedades, da pesquisa científica e etnológica e do desbravamento de territórios. O poder simbólico dessas duas representações pode ser avaliado no contingente de forças que elas mobilizaram em direção a seu conteúdo imaginário e discursivo, bem como, no seu papel de alimentadoras da ação concreta de homens que, como Marlière, exerceram, por décadas, considerável liberdade de mando.

3. Guido-Wald: a mata do Guido, a vontade de saber e os intelectuais itinerantes

A prática de doze anos de vida entre os selvagens me dictou o q’melhor sinto do que escrevo: a minha mocidade tormentosa, principiada no tumulto dos combates, e das Revoluções, não me deo tempo para frequentar lyceos. A vontade de saber, que sempre tive, me sirva de desculpa para quem me ler (sic)

Guido Thomaz Marlière, 1825.

A notícia de que um oficial francês embrenhara-se nas matas para fugir ao ostracismo público, dedicando-se, desde então, à “civilização” dos índios, despertou,

sobremaneira, a atenção de geólogos, viajantes e cientistas naturais em curso pelo Brasil. Talvez, parte da propaganda tenha sido feita pelo próprio Barão Wilhelm Ludwig von Eschwege, seu amigo alemão, encarregado por Dom João dos trabalhos de mineração na Capitania de Minas Gerais. É preciso não se esquecer, entretanto, de que o próprio Marlière entusiasmava-se com tais visitas, fornecendo tudo quanto fosse necessário aos seus hóspedes, que nos deixaram relatos detalhados de suas permanências na Mata do Guido.

O século XIX europeu foi particularmente marcado pelas numerosas viagens científicas às regiões inexploradas do planeta, e o Brasil foi um dos portos de destino de diversos naturalistas aventureiros. A partir do restabelecimento da paz no continente Europeu, missões oficiais de franceses desembarcaram na antiga América Portuguesa, elevada à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves, em 1815. As reformas econômicas e administrativas promovidas por Dom João deram espaço à participação de estrangeiros na exploração mineral no Brasil. O ambiente metropolitano suscitado pelas inovações institucionais, urbanas e arquitetônicas pelas quais o Rio de Janeiro passava, atraía também forasteiros que buscavam segurança e credibilidade para a realização de suas pesquisas. A vinda e a circulação destes estrangeiros pela capital do Reino Unido lhe emprestavam um ar cosmopolita. Os ingleses, beneficiados por privilégios comerciais desde o tratado de 1810, exerceram grande influência na dinamização dos hábitos de comércio e na propagação de idéias liberais. Os franceses, também bastante presentes no campo comercial, introduziram verdadeira leva de pesquisadores na antiga colônia, alcançando-a vigorosamente também a produção intelectual iluminista, já presente desde o século XVII nas bibliotecas particulares da América Portuguesa. A circulação de jornais e livros luso-brasileiros, que teve espaço após a criação da impressão régia, deu ensejo à ampliação da produção intelectual e à intensificação dos hábitos de leitura em solo brasílico. Numa época em que, freqüentemente, viajar era relatar, as experiências dos

forasteiros em visita ao Brasil circulavam principalmente nos idiomas inglês, francês e alemão, encontrando grande margem de aceitação no mercado editorial europeu.

O naturalista Auguste de Saint-Hilaire, que integrava a comitiva do Duque de Luxemburgo, embaixador francês no Brasil, chegou em 1816, mesmo ano em que os artistas da missão francesa, dentre eles os pintores Nicolas Antoine Taunay e Jean Baptiste Debret. Através da assessoria destes últimos, fundou-se a Escola Real de Belas Artes. O Rio de Janeiro agora também dispunha de um Jardim Botânico e de uma Biblioteca Real. O primeiro, abrigava espécies de nossa flora e buscava reunir o maior número possível de plantas de utilidade comercial, medicinal e alimentícia, originárias não só do império ultramarino português, mas, de todo o mundo conhecido. A posse de determinadas espécies era considerada estratégica e, não raro, como vimos, dava ensejo a saques internacionais por ocasião de guerras.

Saint-Hilaire, Taunay, Debret, Spix, Martius, Langsdorf, Echwege, Freireyss, Maximiliano de Wied-Newied e tantos outros, não obstante viessem ao Brasil com objetivos diversos e apresentassem diferenças nas avaliações da realidade tropical e multiétnica com a qual entravam em contato, matizadas pelas características pessoais, nacionais e culturais de cada um, preocupavam-se invariavelmente em descrever o Brasil. Fizeram-no através de discursos e imagens, de sua fauna e flora, de sua produção e de sua economia, interessando-se, também, pelas questões escravocratas e indígenas.

Roteiro inevitável devido às suas ainda consideráveis riquezas minerais, pelas suas fauna e flora diversificadas, e por seu caráter de reduto de humanidades consideradas exóticas e selvagens, a Capitania, e depois Província de Minas Gerais, recebeu diversos desses europeus.

Estrangeiros e portadores de concepções menos violentas a respeito do processo de “civilizar”, Saint-Hilaire, assim como Marlière e muitos dos demais europeus que aportaram no Brasil na primeira metade dos oitocentos identificavam a

civilização com as luzes. Movido por este espírito “ilustrado”, escrevendo do Leste de Minas Gerais e registrando sua identificação com a política indigenista ali adotada, o francês Auguste de Saint-Hilaire registrou, em 1816, sobre seu compatriota Guido Marlière: “Nascido na França, o respeitável Marlière entrou ao serviço de Portugal; consagrou, a princípio, longos anos à civilização dos Puris, ocupou-se em seguida bastante dos Botocudos do Rio Doce, e pode ser contado entre os mais generosos defensores dos referidos índios.”⁶

Como observou Braudel, a palavra civilização, ligada a “um ideal profano de progresso intelectual, técnico, moral e social”,⁷ surgiu na França do século XVIII :

[...] muito tempo após o verbo e o particípio civilizar e civilizado, que são discerníveis desde os séculos XVI e XVII.” (...) “ ‘Quanto mais a civilização se estender sobre a terra, mais ver-se-ão desaparecer a guerra e as conquistas, bem como a escravidão e a miséria’, profetiza Condorcet em 1787. Nessas condições não se pode quase imagina-la sem que haja, para sustenta-la uma sociedade de bom tom, fina, ‘policiada’. No seu oposto situa-se a barbárie: sobre esta aquela consegue uma vitória difícil, necessária. De uma a outra é, em todo caso, a grande passagem [...].”⁷

Também Norbert Elias detectou que: “A primeira evidência literária da evolução do verbo civilizar para o conceito de civilization é encontrada, de acordo com descobertas modernas, na obra de Mirabeau, o pai, na década de 1760.”⁸

A idéia antítese de civilização, a barbárie, representação que nasceu na Antigüidade greco-romana, receberia sentidos diferentes em cada uma das teorias políticas modernas. Para Hobbes, barbárie designava um estado primitivo, pré-político, no qual o homem era lobo do próprio homem e as garantias individuais básicas estavam ameaçadas. Para Rousseau, a barbárie não estava propriamente no estado primitivo dos homens, mas, na degeneração moral e no desvirtuamento de sua

⁶ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

⁷ Ibid., p. 239

⁸ ELIAS, Norbert. *O processo Civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. V.1, p. 54.

sociedade civil. De forma geral, a herança iluminista que se prolongou no imaginário dos homens da primeira metade dos oitocentos identificava a barbárie como a ausência das luzes.

Nas primeiras décadas do século XIX, o critério de avaliação das humanidades não-européias pelos “arautos da civilização” era, ainda, mais filosófico que científico, como detectou Manuela Carneiro da Cunha: “Menos biológico e mais filosófico, o critério da primeira metade do século é também aquele, ainda setecentista, da perfectibilidade: o homem é aquele animal que se autodomestica e se alça acima de sua própria natureza.”⁹

Acreditava-se, ou não, que o índio fosse passível de perfectibilidade, ao mesmo tempo em que se dividia os povos “não-civilizados” em “bravios” e “mansos”. A civilização era encarada como um processo com etapas cada vez mais avançadas.

Como observou Karen Macknow Lisboa:

[...] praticamente todos os visitantes europeus do Brasil oitocentista, herdeiros da ilustração, vinham com a preocupação de investigar [...] o estado de civilização dos habitantes. É com base neste conceito que os viajantes definem sua identidade e projetam-se no país estrangeiro, matizando as descrições dos aspectos sociais, históricos, etnológicos e culturais [...].¹⁰

[...] Ao mesmo tempo em que a natureza brasileira se oferecia ao enriquecimento da pesquisa naturalista, a diversidade étnica dos seus habitantes prestava-se para ampliar o conhecimento acerca dos ‘povos’ extra-europeus e das raças humanas.

4- Freireyss e Eschwege visitam Marlière em São João Batista do Presídio

Um exemplo de múltiplo pesquisador pode ser encontrado em Georg Wilhelm Freireyss, naturalista europeu que, em 1814, visitou a fazenda Guido-Wald em busca

⁹ CUNHA, Manuela Carneiro da, (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia. das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, p.130.

¹⁰ LISBOA, karen Macknown. *A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817- 1820)*. São Paulo: HUCITEC: FAPESP, 1997. p. 25, 139.

de conhecimentos botânicos, zoológicos e etnográficos. Havia aportado no Brasil um ano antes, contratado que fora pelo consulado da Suécia para que coletasse espécimes e dados etnográficos para o museu de Estocolmo. Sua viagem ao presídio de São João Batista, passando pela estrada que, a partir de Mariana, tangenciava as freguesias de Sant'Ana dos Ferros e Santa Rita, teve lugar a partir de um convite de Marlière, então recentemente indicado para diretor dos Índios de São Manuel do Pomba, São João Batista do Presídio e adjacências. Feireyss, na verdade, acompanhava Eschwege em sua visita ao amigo Marlière, que, então, havia adquirido uma casa no Arraial do Presídio.¹¹

Logo nos primeiros dias da visita de Freireyss e Eschwege ao Presídio, o francês conduziu-os a uma pequena aldeia de coroados, que contava, entre seus membros, um número modesto de 30 a 40 indivíduos. Desejavam conhecer mais de perto a cultura daqueles povos: “Para este fim, o Sr. Von Eschwege, o diretor dos índios o valente Sr. Marlière, um soldado do presídio e eu saímos no dia 29 de dezembro [...]”.¹²

Voltando da caça, alguns índios aceitaram a proposta de Marlière: a compra de um macaco franquearia a visita à aldeia. A caça era, depois da guerra, dentre todas as atividades, a que mais entusiasmava aos índios. Em artigo enviado em 17 de fevereiro de 1825 para o jornal *Abelha do Itacolomy*, Marlière registrou um costume comum a todas as nações indígenas com as quais conviveu:

O caçador não prova da caça que matta; da-a a outrem, e este reciprocamente; pela razão, dizem eles, que se comerem nunca mais acertarão os seus tiros. Uso comum dos Botecudos, coroados, puris e coropos; e p.r isto, quando vou caçar com elles, elles tomão o que mato sem

¹¹ Por estes tempos, o Barão Eschwege ocupava-se na disputa pelo título de pioneiro na produção industrializada de ferro nas Minas. Seu belicoso concorrente, o Intendente Câmara, não parecia disposto a ceder. A disputa entre os dois acabou resultando na designação de Eschwege para supervisionar a fábrica de Ipanema, em São Paulo. Sobre a contenda citada confira: Arquivo Público Mineiro. Seção Colonial cod. nº 359, S. G. fl. 21 v. cod. nº 350., S.G. fl. 195 v.

¹² FREIREYSS, G. W. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982, p. 86.

pedir, pensando talvez que uso o mesmo, tão bem são muito liberaes para comigo do que Matão. (sic) ¹³

O gesto de dádiva ligava-se, entre os índios, à declaração de trégua. Caçar ao lado do “chefe branco” e compartilhar com ele da caça, era atitude que, provavelmente, indicava um estado de conciliação. A análise da documentação leva à percepção de que Marlière conseguiu obter este comportamento menos agressivo de muitas nações contatadas. Esta constatação, entretanto, não nos permite, como demonstrei em outros trabalhos, associar com base empírica, trégua a sujeição. ¹⁴

Freireyss, dentre todos os viajantes o mais condescendente com os homens das matas, não teve, neste momento, uma impressão favorável a respeito dos índios. Comparando-os com os europeus e com os negros, destaca sua baixa estatura. Surpreendendo-se com a “simplicidade” das “choças”, lamentava a “pobreza em que viviam.” Reconhecia, entretanto, que seus corpos eram musculosos, seu fôlego incomparável e seu artesanato muito belo. Comparados aos gentis homens da civilização européia, os índios pareciam aos naturalistas grosseiros e mal educados. A “simplicidade de seus hábitos” e a sinceridade manifesta em certas situações evocava, no entanto, uma imagem romântica de inocência perdida, tão cara ao princípio do século XIX: “Tais costumes bárbaros provam o baixo grau de civilização dessa gente, aliás, tão boa [...]” ¹⁵

Certo dia de dezembro, arriscando temeroso uma incursão pela mata sem a companhia do “valente Sr. Marlière”, o naturalista, acompanhado de um menino coroado que lhe servia de guia foi obrigado, não sem grande constrangimento, a refugiar-se na mesma aldeia que antes visitara. É que uma chuva torrencial de verão,

¹³ MARLIÈRE, Guido Thomaz. Uzos Funebres dos Botecudos e outros Indios desta Província, Ideas Religiosas, Superstições & comparadas com outros povos. Artigo para o Jornal Abelha do Itacolomy. GUIDO Thomaz Marlière. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 10,n.2, p.382-668, jul./dez. 1905. p.567.

¹⁴ Vide: AGUIAR, José Otávio. Olhares Estrangeiros: a trajetória de vida de Guido Thomaz Marlière no Brasil (1808-1836). Belo Horizonte: Fafich/UFMG, 2003. (Tese de Doutorado)

¹⁵ FREIREYSS. G. W. op. cit.p. 92.

chamuscando as matas vizinhas a serra da Onça, fazia com que grandes árvores despencassem de todos os lados.

Obrigado a despir-se totalmente da roupa molhada – o medo das moléstias pulmonares resultantes dos resfriados era particularmente grande no século XIX – o naturalista sentia-se extremamente embaraçado. Surpreendeu-se, então, ao ver que seu embaraço, e não sua nudez, tornavam-se motivo de grande humor entre os índios:

Os índios estavam todos nus e zombavam do meu embaraço até que uma índia, de cerca de dezesseis anos, compadeceu-se e, por mímica, ofereceu-me sua tanga, único vestuário que possuía. Como era natural recusei, visto que todas as mulheres presentes conservavam as suas tangas e só me restava unir-me àquela sociedade nua ao redor do fogo. Mas por muito tempo continuava eu objeto da sua curiosidade por ser a minha pele diferente da deles. Percebendo isso e na suposição de que nunca tinham visto europeus nus, aproveitei-me dessa curiosidade em meu favor porque, conhecendo o seu ódio aos portugueses, fiz o meu coropó, que entendia a língua deles, contar-lhes que eu não era português, mas sim de uma grande nação que existia para o norte [...].¹⁶

A informação de que aquele homem curioso, de pele branco-avermelhada, não era português atraiu um pouco da simpatia dos índios. Não obstante a chuva que caía torrencialmente, uma velha índia, num gesto de generosidade, avançou em direção ao milharal, voltando com algumas espigas de milho. Mesmo temeroso e embaraçado, Freireyss, dominado pela fome e pelo cansaço, experimentou, pela primeira, vez milho verde cosido. Recusá-lo poderia significar uma ofensa.

Chegada a noite, uma jovem índia ofereceu sua rede para o estrangeiro, acomodando-se depois num monte de palhas no chão. Tais gestos de generosidade não foram, entretanto, suficientes para aplacar o medo do intruso que, durante toda a noite, se perguntara, a cada vez que um índio se levantava para alimentar o fogo ou assar milho, se talvez aqueles selvagens não estivessem deliberando matá-lo.

Ao deixar a aldeia na manhã seguinte, após caminhar alguns quilômetros pela floresta, o europeu foi alcançado por um índio da aldeia que, ofegante pela corrida,

¹⁶ op. cit., p. 90.

lhe trazia folhas de papel com vegetais prensados que havia esquecido na cabana onde pernoitara.

O Barão de Eschwege, companheiro de Freireyss em sua primeira visita à aldeia dos Coroado, registrou também suas memórias daquele mês de dezembro. Sua atenção foi, de início, despertada pela constatação de que, a despeito do longo convívio, as animosidades entre os Coroado e os luso-brasileiros não se arrefeciam. O fato é, de imediato, atribuído aos maus tratos a que os portugueses submetiam – já fazia cinco décadas – aqueles índios. Conversando com os Coroado já aldeados, o viajante germânico se surpreendeu com a informação de que alguns deles já haviam, num passado não tão distante, servido como escravos em fazendas da região.

Marlière, que auxiliado por rapazes coroados de caminhada ligeira, lhes servia de guia, pensara encontrar os índios em determinado assentamento situado a 3/4 de légua do presídio de São João Baptista. A viagem fez-se, porém, mais longa porque aqueles que procuravam haviam migrado alguns quilômetros à frente em busca de caça mais abundante.

Durante a viagem de caçada, os índios alimentavam-se com frutas silvestres armazenando-as em cestos. Isso garantia sua sobrevivência ao longo das incursões mata adentro.¹⁷

O conhecimento que aqueles índios detinham das propriedades medicinais de algumas ervas da mata surpreendia aos europeus. Eschwege observou, por exemplo, que, para neutralizar o efeito de certos venenos de cobra, os Coroado utilizavam a chamada raiz preta - (Chicocca Anguifuga Mart) – , conhecida no Espírito Santo, no Rio de Janeiro e no litoral de São Paulo como raiz caninana. Pediu, então, a um

¹⁷ As informações aqui reunidas em forma de narrativa basearam-se nos relatos do Barão de Eschwege a respeito de sua visita aos coroados das imediações do Presídio de São João Batista. O viajante destaca o papel dos frutos da sapucaia (*Lecythis ollaria* Wild) nestas provisões de viagem. Sobre a alimentação dos índios durante as caçadas confira: ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Jornal do Brasil 1811 – 1817: ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002. p.144.

morador do Presídio de São João Batista que lhe trouxesse um exemplar, mas este lhe enganou, fazendo passar pela tal raiz preta uma raiz de guiné. Acreditando tratar-se da verdadeira, Eschwege, ingenuamente, incluiu em seu Jornal do Brasil uma ilustração da raiz de guiné, uma planta africana aclimatada.

Este tipo de comportamento da população local está fartamente documentado nos relatórios de pesquisa da época. Ao que denota, para os índios, bem como, para os seus descendentes, conhecer a mata e seus recursos terapêuticos representava garantir para si uma certa vantagem estratégica, negociada em certos momentos a preço de ouro, mas, raramente, revelada em sua totalidade. Quanto ao equívoco gerado pela falsa informação, vale observar que só foi desfeito por Langsdorf, em sua visita ao Presídio, já em julho de 1824. Eschwege, então, retificou seu desenho, incluindo uma nova versão em seu trabalho. Parecia tratar-se de uma espécie de poaia (*Psychotria ipecacuanha*), conhecida até hoje na Zona da Mata como raiz preta.

Os desenhos dos naturalistas eram efetuados *in loco*, pela utilização de aquarelas ou nanquim. Compô-los demandaria algum tempo, mas, o viajante raramente dispunha de mais de algumas horas para permanecer em cada local visitado. Tornava-se, então, necessário “rabiscar” as formas das plantas, dos animais e os quadros das sociedades que se desejava retratar com a maior rapidez e da forma “mais fiel possível.” No caso de representar as sociedades indígenas, cabe observar que, nem sempre, os índios estavam dispostos a posar para os retratos. Diversas, portanto, eram as dificuldades enfrentadas.

Antes da descoberta das primeiras técnicas de fotografia – e mesmo antes que estas tecnologias alcançassem uma maior eficiência reprodutiva, acompanhada de uma mínima disponibilização no mercado – as pinturas e os desenhos, que, dentre outras vantagens, poderiam expressar de maneira aproximada algumas variações de cor, foram fontes importantes de referência para viajantes em todo o mundo colonial

européu. Segundo Bufon, “não se podia definir uma espécie sem descrevê-la detalhadamente [...]”¹⁸

Estes esboços destinavam-se a ávidos leitores de além-Atlântico, interessados em informações botânicas, zoológicas, mineralógicas e etnográficas. Reproduzir imagens em livros comerciáveis era técnica que os europeus conheciam desde o século XV. Xilogravuras, moldes em cobre e metal, eram reproduzidos em diversos exemplares literários e vendidos, por vezes, a preços bastante elevados.

No início do século XIX, tornou-se possível a impressão de aquarelas, litogravuras e desenhos inscritos em aço em maior escala.¹⁹ Esta inovação tecnológica tornou possível a publicação mais rápida de certas estampas em cores, produzidas pelos naturalistas europeus em visita à América. Suas técnicas de representação, coleta e classificação calcavam-se, mais freqüentemente, no sistema setecentista de Carl Lineu, que definia cada espécie como uma unidade de classificação designada de acordo com suas características e sua origem, reunindo aquelas que apresentassem certas semelhanças e regularidades em gêneros. A soma do nome específico ao nome genérico – ambos grafados em latim, língua que ainda era internacionalmente conhecida nos meios literários e científicos dos séculos XVII e XIX – conferia, assim, a cada espécie, uma designação singular e única.²⁰ No campo da zoologia, Lineu, observando a importância das mamas na alimentação dos filhotes de determinados animais, subdividiu dentre eles o grupo mammalia, no qual incluiu os homens. Como observou Ronald Raminelli, para Lineu “..os americanos eram mamíferos, primatas, regulados pelos costumes. A falta de barba os fazia monstruosos”.²¹

¹⁸ RAMINELLI, Ronald. Do conhecimento físico e moral dos povos: iconografia e taxonomia na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. *História, Ciências, Saúde* Rio de Janeiro: n.8, p. 969-992, 2001, p. 972. suplemento.

¹⁹ RAMINELLI, Ronald, op.cit., p. 972.

²⁰ Esta classificação, que continua sendo a base da nomenclatura das plantas, foi mais tarde substituída, em grande parte, pela de Jussieu.

²¹ RAMINELLI, R. op. cit., p. 975.

Assim, o estudo das humanidades americanas se amalgamava ao da zoologia e da botânica. Os dados etnográficos se misturavam às descrições botânicas. Para Raminelli: Por intermédio da história natural, apreendiam-se o valor e a importância das comunidades e regiões percorridas. Desse modo, as memórias, as pranchas e as espécies coletadas demonstravam as potencialidades da exploração comercial. A ciência atuava como ‘descrição exata de tudo’ e funcionava como um espelho rico e multifacetado, no qual toda Europa pôde projetar a si mesma como construtora do processo planetário em expansão. Em nome da ciência os naturalistas atenuavam a competição provocada pela expansão comercial, política e pelo domínio colonial. A sistematização da natureza e dos povos representava não apenas um discurso sobre os mundos não europeus, mas um discurso urbano, burguês e letrado, sobre os mundos iletrados e rurais, que atuavam não somente no além mar, mas sobre os campos europeus, transformando-os segundo a lógica do capital [...].²²

Enquanto traços anatômicos e cromáticos de algumas espécies eram graficamente preservados, exemplares inteiros de plantas eram desidratados e espécimes animais eram preservados em álcool. Caixas e mais caixas de plantas americanas, bem como suas respectivas sementes, dirigiam-se, anualmente, aos herbários e jardins botânicos europeus. Borboletas e outros insetos eram afixados por alfinetes em quadros de papel emoldurados, que eram enviados para diversas universidades e museus de história natural. Conservar o material até que fosse transportado para a Europa exigia esforços consideráveis já que seu transporte via-se, na estação das chuvas, quase inviabilizado.

A abundância e a variedade dos vegetais encantava aos botânicos europeus, que, logo de início, partiam para a tarefa de compará-los com possíveis correspondentes já conhecidos. A tarefa era hercúlea. Saint-Hilaire expressou sua admiração frente à riqueza dos trechos de Mata Atlântica vislumbrados durante sua

²² RAMINELLI, R. op. cit., p. 975.

estada de um mês na “magnífica habitação de Ubá”, perto da divisa entre as capitâneas do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, não muito longe do caminho para Vila Rica, às margens do rio Paraíba: “Acostumado à fatigante monotonia de seus bosques de pinheiros, de faias, ou de carvalhos, o europeu poderia ter apenas uma idéia imperfeita dos bosques virgens da América Meridional, onde a natureza parece ter esgotado suas forças para mostrar o que ela tem de mais magnífico e de mais variado [...]”²³

Para Marlière, manter amostras de espécies vegetais para que fossem oferecidas como presente aos viajantes que se hospedassem em sua residência era ponto de honra. Somente os índios e seus descendentes – por seu convívio demorado com as plantas e pela tradição que recebiam de seus antepassados – poderiam dar-lhe notícias sobre sua possível utilização farmacológica, e, por isso, sempre que lhe sobrava tempo livre, conversava demoradamente com os mais experientes curandeiros.

Procurou estocar a exaltada raiz preta em sua residência. Sabia, também, que, na ausência dos demorados medicamentos de Vila Rica, a alternativa de utilizar-se dos conhecimentos dos índios no trato com as freqüentes picadas de cobra nas aldeias e em seu quartel apresentava-se como uma solução viável: “Pouco antes de nossa chegada àquela região havia falecido o filho adulto de um índio vizinho, de quem diziam ser feiticeiro, e durante minha estada mais demorada chegou certa vez um índio até a casa de Marlière, para buscar determinada erva medicinal contra picada de cobra, a raiz preta [...]”²⁴

Meia hora de caminhada a partir do antigo pouso dos Coroado, os viajantes foram surpreendidos por um grupo de índios que regressava de uma caçada. Sua pequena estatura, seus longos e desordenados cabelos que emolduravam pequenos

²³ SAINT-Hilaire, Auguste de. *Esquisse de mês voyages au Brésil et Paraguay, considérés principalement sous le rapport de la botanique*. In: LIMA, Maria Emília Amarante Torres. *As caminhadas de Auguste de Saint-Hilaire pelo Brasil e Paraguai*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p. 78.

²⁴ ESCHWEGE, W. L. von., op. cit., p.2002. p.147.

olhos negros e “maças do rosto salientes”, tão distantes dos padrões da estética europeia de então, não alcançaram aprovação nas observações do Barão Alemão.

Acompanhando aqueles caçadores da mata até sua aldeia – a mesma que, com dificuldade, até então procuravam – Eschwege ainda tece comentários depreciativos a respeito de seu “senso artístico”, de sua relação com as mulheres e até de sua capacidade intelectual. O conhecimento que os Coroado detinham das ervas da mata, constatado ao longo da viagem, é, aí também, legado ao instinto, não à perspicácia.

Embora sinta também uma grande simpatia por esses ‘homens da natureza quisesse atribuir-lhes também todas as boas características listadas pelo Sr. Feireyss, tenho de contradizê-lo. Fiquei muito mais tempo entre esses selvagens e achei o contrário. Ao invés de considerá-los perspicazes, como faz o Sr. Feireyss, prefiro considerá-los alheios, e evidências de que pensem realmente são raríssimas. Suas forças de alma são uma constante letargia, a meu ver. A descoberta de muitas ervas medicinais não deve resultar da perspicácia deles, nem devemos acreditar que as descobertas tenham sido feitas a priori. Muito mais o caso, o instinto e a experiência os levaram a essas descobertas e fizeram deles mestres nesses remédios. Não é por acaso que também o veado ferido encha suas feridas com folhas de plantas medicinais, e o cachorro coma determinadas ervas quando não se sente bem, e o sapo picado por cobra ou o mungo do Ceilão também procurem um antídoto em determinadas plantas [...].²⁵

O prosseguimento da viagem, obrigou os europeus a deixarem suas mulas para trás. Para Eschwege, a picada construída pelos índios, apesar de comprida, era reta o suficiente para que um observador desavisado pudesse suspeitar que se tratasse de um caminho traçado com bússola. A chegada à aldeia foi assinalada pelo avistar de um campo de milho após o qual se podia entrever as cabanas dos índios, cobertas de palha de palmeira. Eschwege buscava, naqueles homens da floresta, padrões de

²⁵ ESCHWEGE, W. L. von. op. cit., p.147.

estética e deferência referenciados em valores europeus, partindo da idéia de que a civilização manifestava aspectos idênticos em todo o mundo, denotando o grau de desenvolvimento dos povos contatados. Neste particular foi grande o seu estranhamento:

Não percebemos o menor traço de bom gosto, havendo no interior da (cabana) que entramos apenas um cômodo pequeno com fogueiras ainda acesas e redes de dormir estendidas. De acordo com seu costume, os índios receberam-nos deitados e balançando-se em suas redes, deixando-nos logo depois, um após o outro, não manifestando o menor sinal de deferência. Apenas o pai da família permaneceu no cômodo, mostrando-nos as cabanas dos filhos, localizadas no mesmo milharal, todas também cobertas de folhas de palmeira. Os seus utensílios domésticos resumem-se a arcos e flechas, alguns potes de barro, cestas trançadas e redes para dormir.²⁶

Percebemos, logo, que Freireyss, também presente na comitiva, construíra, se comparado a Eschwege, uma imagem mais romantizada e branda a respeito dos Coroados. Não duvidava da capacidade dos índios para a “civilização”. Apenas temia pelas animosidades dos luso-brasileiros. Simpático ao trabalho de Marlière, embora descrente de seu otimismo, Freireyss deixou seu anfitrião francês como quem conseguira um novo amigo: “A intenção de Marlière é a melhor do mundo e ele faz tudo para que os Coroados olvidem as ofensas recebidas e para evitar novas; porém, ele precisa de muitos anos para ver frutificarem os seus esforços, e acontecerá talvez que depois dele virá outro que num momento destruirá tudo isso que ele edificou com tanto trabalho e tanto amor [...]”²⁷

A imagem de Marlière como “defensor” dos índios foi construída ao longo de suas disputas com colonos e autoridades em nome da preservação de parte dos territórios que prometera aos índios preservar. O primeiro conflito com o governo teve lugar ainda em 1815, quando o Capitão general de Minas, Manuel de Portugal e

²⁶ ESCHWEGE, W. L. von. op. cit., p.143-144.

²⁷ FREIREYSS, G W. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982. p.106.

Castro, em um ofício datado do mês de fevereiro, o repreendia por imiscuir-se em questões de sua autoridade:

Sendo-me constante que Vm.ce dirigira à Câmara da Vila de Barbacena hum officio requerendo ser ouvido antes que a mesma Câmara houvesse de informar em consequência das minhas ordens sobre concessões de sesmarias nesses sertões e como quer que a mesma Câmara compitão os exames necessários sobre tal matéria; devendo ella averiguar se as sesmarias pedidas pelas partes, são ou não dentro dos terrenos concedidos aos Índios; bem que eu esteja persuadido de que Vm.ce assim praticara p.r efeito de zelo q.' manifesta a pró dos mesmos índios debaixo da sua direção; contudo tenho a declarar-lhe, q.' foi incoherente o seu procedimento; por isso que não interveio autoridade minha.²⁸

Marlière havia enviado uma ordem aos membros da câmara da vila de Barbacena, para que sesmarias não fossem doadas em território garantido por lei aos índios Coroados. Uma ação com tal envergadura, como Dom Manuel fazia-lhe ver, excedia sua autoridade. Desejava ser ouvido pelos juizes antes que as concessões de sesmarias tivessem lugar. Na verdade desconfiava da probidade dos homens responsáveis pelas doações. Em resposta a Dom Manuel, Marlière, mesmo frustrado, não enviou comentário algum. Talvez o momento fosse propício ao recuo.

É difícil imaginar quando Marlière passou a interessar-se pelo contato com os índios, mas é de crer-se que Dom João, ao nomeá-lo diretor dos aldeamentos do Pomba, já nele enxergasse um interessado no assunto. Seu pedido de extradição para o sertão demonstrava uma certa espontaneidade de interesse pelo contato com os índios. Marlière deveria encarar o sertão como um refúgio, nada agradável e nem desejável para qualquer homem “civilizado”, mas adequado a vida de um francês recém perseguido pelas autoridades régias. Muitos dos principais viajantes, em passagem por Minas Gerais nas três primeiras décadas dos oitocentos, visitaram

²⁸ CASTRO, Manuel de Portugal e. Offício de repreensão a Guido Thomaz Marlière, Diretor dos Índios do Pomba, por ter-se imiscuido em assuntos jurídicos de competência do Capitão General, ainda que lhe absolve o fato de te-lo feito em defesa dos Índios sob sua Direção. GUIDO..., 1905, op. cit., p. 401.

Guido-Wald. As informações que reuniram a respeito dos índios e das matas em muito deviam ao Diretor-Geral.²⁹

5. Considerações finais

Ao longo do presente ensaio nos transportamos, temporariamente, para o ambiente das disputas intelectuais e estratégicas travadas nos campos dos saberes ligados às ciências e à estratégia nas primeiras décadas do século XIX. Ao abordarmos uma sociedade na qual ideais românticos conviviam, lado a lado, com pretensões racionais e civilizadoras nascidas das luzes setecentistas, procuramos situar, aí, o projeto do francês Guido Thomaz Marlière, um oficial napoleônico emigrado, definindo a teia de discursos que o ligava aos cientistas da natureza que atraiu para os aldeamentos que dirigia, na zona da Mata Central de Minas Gerais.

Marlière admirava sobremaneira os homens de ciência. Acreditava que, a partir deles, viria o conhecimento necessário não só para a cura de todas as doenças, mas, também, para o estabelecimento de uma sociedade mais justa, baseada na razão.

Febres intermitentes era o nome pelo qual, na época, se designava, em Minas, o que hoje conhecemos como Malária. Acreditava-se que esta moléstia era causada pelas emanções malélicas do solo e das águas. O tratamento ministrado pelos médicos consistia na ingestão de quinina cosida e ingerida várias vezes ao dia, o que reduzia o enfermo a uma pungente fraqueza.³⁰

Em 1819, em busca de um alívio cientificamente sustentado para as febres que o acometeram durante uma diligência nas matas do Presídio, Guido Marlière viajou para Vila Rica. Lá, enquanto se restabelecia sob cuidados médicos, foi visitado por

²⁹ Veja, como exemplo, carta de Marlière. ESCHWEGE, W. L.von, op.cit., p.92-93.

³⁰ Para Oilian José a enfermidade que acometia violentamente Marlière durante todo o seu período na direção dos índios de Minas Gerais era a Malária. Esta infecção, causada por protozoários do gênero *plasmodium* pode acometer ao homem e a outros animais. É transmitida por mosquitos anofílicos e aparece na documentação com o nome de febres intermitentes. Ver: JOSÉ, Oilian. *Marlière: o civilizador*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1938.

Spix e Martius que, hospedados na residência de Eschwege, planejavam visitar os aldeamentos dos índios Puri, Coroado e Coropó. Vale observar que, dezessete anos mais tarde, não obstante os constantes cuidados médicos, Marlière morreria, assolado por essas mesmas febres, esquecido pela memória oficial dos franceses, como o General Hogendorph, ajudante de Campo de Napoleão Bonaparte que terminou os seus dias no Rio de Janeiro, como um eremita, no morro do Corcovado. Entre as plantas obtidas a partir do contato com os índios, nenhuma fora capaz de curar a moléstia de origem asiática que acometera o francês. As informações reunidas por Freireyss, Eschwege, Spix e Martius e Langsdorf, aliadas aos relatos que compõem a farta documentação eclesiástica e militar, constituem o mais detalhado arquivo etnográfico sobre os índios Puri e Coroado, bem como a única fonte de informação sobre a densa e vasta vegetação que outrora recobria a região.

Fontes

Arquivo Público Mineiro. Seção Colonial cod. nº 359, S. G. fl. 21 v. cod. nº 350., S.G. fl. 195 v.

CASTRO, Manuel de Portugal e. Offício de repreensão a Guido Thomaz Marlière, Diretor dos Índios do Pomba, por ter-se imiscuido em assuntos jurídicos de competência do Capitão General, ainda que lhe absolva o fato de te-lo feito em defesa dos Índios sob sua Direção. GUIDO Thomaz Marlière. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, ano 10,n.2, p.382-668, jul./dez. 1905.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. **Jornal do Brasil 1811 – 1817**: ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002.

FREIREYSS, G W. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.

MARLIÈRE, Guido Thomaz. **Ofícios**. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, Ano XI. p. 202, 1907

MARLIÈRE, Guido Thomaz. **Uzos Funebres dos Botecudos e outros Indios desta Província, Ideas Religiosas, Superstições & comparadas com outros povos**. Artigo para o **Jornal Abelha do Itacolomy**. GUIDO Thomaz Marlière. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, ano 10,n.2, p.382-668, jul./dez. 1905. p.567.

SAINT-Hilaire, Auguste de. **Esquisse de mès voyages au Brésil et Paraguay, considérés principalement sous le rapport de la botanique** . In: LIMA, Maria Emília Amarante Torres. **As caminhadas de Auguste de Saint-Hilaire pelo Brasil e Paraguai**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

Referências

AGUIAR, José Otávio. **Olhares Estrangeiros: a trajetória de vida de Guido Thomaz Marlière no Brasil (1808-1836)**. Belo Horizonte: Fafich/ UFMG, 2003. (Tese de Doutorado)

BOBBIO, Norberto. MANTTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1994.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Rosseau: Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

CUNHA, Manuela Carneiro da, (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia. das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, vol. 1, 1994.

GERBY, Antonello. **O Novo Mundo: história de uma polêmica (1750 – 1900)**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

JOSÉ, Oilian. **Marlière: o civilizador**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1938.

LISBOA, Karen Macknown. **A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817- 1820)**. São Paulo: HUCITEC: FAPESP, 1997.

RAMINELLI, Ronald. Do conhecimento físico e moral dos povos: iconografia e taxonomia na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. **História, Ciências, Saúde**, Rio de Janeiro: n.8, p. 969-992, 2001.